

## “PAU D'ALHO” — QUASE ROTEIRO.

JAELSON BITRAN TRINDADE

Aluno do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

"Devo distinguir, entretanto: desta vez a escolha não se dirigiu àquela arquitetura que se acostumou ser vosso amigo, mas à tese e à orientação que defende. Tese e orientação, que, se outro valor não tenho, tenho a paixão da verdade e o amor de servir à profissão de arquiteto e à coletividade a que todos pertencemos". *Luis Saia* — Curso complementar de planejamento e urbanismo. I<sup>a</sup> Aula. Faculdade de Arquitetura Mackenzie, 1957.

A vinculação deste texto ao último trabalho de Luis Saia, justifica-se. Se pretendemos com isso uma relação entre o homem e a obra, o reconhecimento de tal relação deverá, certamente, transbordar a individualidade de Luis Saia. E isto ele mesmo o fez: conhece-la, pois, intimamente — a consciência disso — é legitimamente dele. Daí o uso de seus vários escritos para esboçar este quadro mais amplo, onde se afirma e se significa o seu trabalho. Foi portanto intencional.

Essa "meditação" — a relação homem-obra —, sobretudo na quietude que ela tem de *permanente*, de *contínuo* e *renovador*, é marcadamente constante nas idéias e trabalhos expressados através de Luis Saia. Através deles, o método de abordagem e os elementos da formação do profissional, o profissional e a instituição social, se reconhecem e se guiam. Mante r a relação entre a particularidade nacional e a realidade global e m que esta se movimenta, exigir também para si o reclamo social de uma identificação, de um entendimento, de um lastro enfim para a interpretação direta dos problemas e revitalização desta mesma problemática. Esta exigência de uma intervenção coerente, buscada nos esforços e resultados da ação dos homens no desenrolar do tempo, quanto à razão, significado e importância: memória e momento. Tudo se integra,

A instituição , criada que foi pela necessária unidade e entre cultura e sociedade , tem seu conteúdo assim garantido ; o homem , fruto desse esclarecimento , é criado e criação também do tempo . Ambos têm a sua "fase heróica" , de formação , e seu amadurecimento , onde as *Notas Preliminares Sobre a Fazenda Pau d'Alho* são de certa forma , o arremate de um estágio do trabalho se pertinazes e decididos . Fazem parte

"de uma estratégia silenciosa , porém eficaz , do 4 ° Distrito do IPHAN " (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) .

No monumento , o contexto histórico-social — o período cafeista que o engendra , a apontar uma nova orientação — vai se encontrar com esse acontecimento arquitetônico , que do ponto de vista plástico oferece e tanto resultado s favoráveis para a criação da paisagem cafeista :

"no sentido de conter , em substância , todas as soluções que fizeram carreira , com variantes condicionadas a zonas e épocas , nestes 150 anos de economia cafeista" .

O enquadramento histórico-social e , particularmente o da história da arquitetura brasileira , a par de uma consciência profissional rigorosa vão , portanto , definir a eleição da fazenda Pau d'Alho com o exemplar significativo , e são

"suficientes para apontar a com o peça a ser tombada e lugar bom para abrigar o Museu Nacional do Café" .

Daí para a frente desenvolvem-se as iniciativas — estudos e trabalhos — destinadas à divulgação e à consolidação do valor representativo da Fazenda Pau d'Alho .

Os três momentos do presente trabalho necessariamente se entrecruzaram , e se condicionam . A *justificativa histórica* apresentada nestas "Notas Preliminares" é , no próprio dizer de Luis Saia , "indez" (chamariz): arrolando e organizando algumas indicações , tem unicamente — pois que preliminar — o interesse de uma hipótese de trabalho , abrindo o complexo quadro em que se insere a Pau d'Alho ;

"hipótese que deve ser controlada , revista , analisada , completada e até reformulada" .

A exposição das *obras de restauro* dão também a idéia do critério firme e com que estas foram dirigidas , com aquele

"tirocinio de obras e de familiaridade com o processo cons-  
trutivos antigos, sensibilidade artística, conhecimentos históricos,  
acuidade investigadora, capacidade de organização, iniciativa e co-  
mando e, finalmente, desprendimento" (1),

apontados por Lúcia Costa com o necessário também para que trabalhe nesta faixa de atividade especializada; sempre à base da experiência e de estudos, e em permanente verificação e reflexão. É no *projeto de aproveitamento* enfim, que se completa a globalidade da visão que presidiu a abordagem desse "acontecimento" — a Paqueta d'Alho. Realmente, neste último, os aspectos artístico e sociológico se extrapolam o individual — o monumento — e se direcionam a uma perspectiva cultural mais ampla. Só daí, então, é que atenta a esta visão, compreendendo o caráter particular da obra, o que determina o seu projeto específico, o sentido dele.

Isto se explica.

"A criação do SPHAN — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (em 1937) representou (...) uma recolocação mais realista e mais culta do problema, conduzida pelo que havia de mais apto e atual em matéria de arquitetura e artes plásticas. À visão romântica que pesquisava formas tradicionais para repeti-las em contrafações inaceitáveis, mesmo quando excelentes e estudadas, com o caso de Vitor Dubugras, se substituiu em esforço de análise e mais científica, inteiramente destituída de manias imitatórias, e orientada no sentido de uma seleção rigorosa do patrimônio de cultura material que acompanhar a formação nacional" (2).

Para as várias tarefas de

"restauração, preservação do ambiente de obras complementares destinada à valorização do monumento e seu uso, necessárias a fim de que o mesmo se legitime superando as aparentes contradições que pretende o período das diferentes, com os seus fossos inconciliáveis e negasse mutuamente (...) os 35 anos de experiência do IPHAN — diz Luísa Saia, num escrito de 1973 — contaram com a participação de arquitetos brasileiro que não possuía nenhum a formação especializada em restauração, mas cujo conhecimento de arquitetura, permanentemente

---

(1). — *Cultura*. Órgão do Conselho Federal de Cultura. MEC. Abril, 1970. Ano 4 — nº 34, pág. 205.

(2). — Saia (Luísa), "Notas sobre o IPHAN". Original, datilografado. s/título, s/data (1973).

atualizado pelo estudo do tradicional e do contemporâneo, conduziu esse trabalho a um nível de profundo respeito pelos documentos do passado e de inegável atualidade na sua formulação cultural. Não o houve apenas coincidências de arquitetos e vanguarda estarem na condução dos problemas e proteção do nosso acervo tradicional. Ao contrário, este fato permitiu que o IPHAN encontrasse uma orientação correta: preservar e valorizar o antigo, imune ao vício de um saudosismo doente e de um simplória política de salvado do incêndio" (3).

De fato, o Brasil no ano de 20/30 deste século encontrou-se — São Paulo, principalmente — com as condições básicas para a sua modernidade: a produção industrial a modificar estruturalmente a sociedade, no sentido de internacionalizá-la mais profundamente. Todas as atividades criadoras na explicação da origem e da composição do mundo, da posição do homem no cosmos e do destino humano se associam, cada vez mais, a concepções secularizadas da existência, da natureza humana e do funcionamento das instituições. O saber racional e a investigação científica, com as recentes inovações estruturais e institucionais encontram condições de maior expansão e desenvolvimento autônomo. Expansão e desenvolvimento estes com características universalizantes, pois passa a ter, maiormente, componentes iguais, e ligados, aos dos países industrializados.

"A crise capitalista de 1929 determinou consequências nacionais favoráveis à criação de um clima de reconhecimento do nosso atraso e da dependência que a economia de tipo colonial no Brasil impunha. Os países do grupo econômico que controlavam a produção e exportação e a distribuição dos bens e do consumo interno, a braços com as consequências dessa crise, não puderam dispensar às classes dirigentes brasileiras uma "assistência" que as colocasse a coberto dos traumas internos que então eclodiram, facilitando a formação de uma consciência mais realista dos problemas e desenvolvimento do país. Alguns desses problemas, especialmente os de exploração do serviço público (\*) e os de aproveitamento nacional do recurso naturais (\*\*), já haviam sido o suficiente abordados durante o próprio processo de amadurecimento dessa crise, facultando alguns dados para a manipulação dessa questão num plano mais consequente" (4).

---

(3). — Saiá (Luis), texto para a Bienal de Arquitetura. São Paulo, 1973.

(4). — Saiá (Luis), "Situação do Urbanismo e do planejamento no Brasil. 5ª aula — Faculdade de Arquitetura Mackenzie. São Paulo, 1957.

(\*) . — bibliografia da própria aula.

(\*\*). — *Idem*.

Toda a produção intelectual da época, se de primeiro

"era a fermentação que andava pela Europa, o mesmo sentido épico de luta contra o método rotineiro que e havia me levado o mundo à falência" (5),

onde se procurava demolidoramente romper caminho, e procurar uma nova base, isto abriu, realmente, o caminho para o estudo de muitos problemas brasileiros. Num segundo momento,

"uma atmosfera de crítica e de revisão; um período de violentas contradições e de um enorme esforço intelectual — de onde teríamos de sair orientado para a crítica e para a análise. E foi o que se deu" (6).

O IPHAN, criado pelo Estado Nacional é também fruto desse momento. E não se trata — vista a dimensão de sua ocorrência —, apenas, de uma "repartição especializada": expressão, mas também visão proveniente de uma necessidade de encontro da sociedade com seus interesses, consigo mesma, e buscando — nas suas diversas vivências regionais —; o dever, a garantia por essas

"formas sociais refletidas na sua cultura, nas suas obras" (7),

encontra seu suporte na constituição Federal.

"Não é ato que a Constituição do Brasil, desde 1934, declara que o amparo à cultura é dever do Estado" (8).

"Em primeiro lugar, a definição legal consubstanciada no decreto-lei n.º 25, de 30-11-1937. A história deste documento legal, desde a iniciativa do ministro Gustavo Capanema de pedir a Mário de Andrade que elaborasse o anteprojeto, até sua assinatura, depois de ter passado por todos os trâmites legislativos, com o decreto-lei, enquanto o SPHAN já atuava em termos experimentais,

---

(5). — Bastos (Abguar), "Formação do Espírito Moderno", in Cavaleiro (Edgard), *Testamento de uma geração*. — "26 figuras da intelectualidade brasileira prestam o seu depoimento". Livraria do Globo. Porto Alegre, 1944 — págs. 15-27.

(6). — Cândido (Antônio), in Mário de Andrade — *Plataforma de uma geração*, "29 figuras da intelectualidade brasileira prestam o seu depoimento". Editora Livraria do Globo. Porto Alegre, 1945 — págs. 29-40.

(7). — *Cultura, op. cit.*, pág. 11.

(8). — *Idem, ibidem*, pág. 8.

conduzido por Rodrigo de Melo Franco de Andrade, ainda não foi contada, Mas o resultado, isto é, o texto do decreto-lei nº 25 é, ainda hoje, depois de 35 anos (1973), uma lição de sabedoria. Em segundo lugar, o nome daquele que frequentara a equipe de direção sob a responsabilidade de Rodrigo M. F. de Andrade: Lúcio Costa, Prudente de Moraes Neto, Manoel Bandeira, Luis Jardim, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, etc., era o que havia de mais representativo no pensamento vanguardista do Brasil. Tais condições puderam garantir uma orientação de alto nível, o que era muito importante para a luta contra a bisonhice da experiência anterior. (...) Em terceiro lugar — e aqui entra a virtude maior de Rodrigo M. F. de Andrade, foi a seleção de equipes de trabalho incumbidas de interpretar, em termos de pesquisas, estudos e obras, os problemas do SPHAN: arquitetos, artistas plásticos, pesquisadores, fotógrafos, engenheiros, etc., profissionais aos quais coube a tarefa do trabalho de campo. Tão grande era essa e o trabalho era tão pouco que a gente disponível que não poderia ser levado a cabo sem a ajuda de amadores da velha guarda que desde a primeira hora se acostaram a SPHAN e a acolheram nova orientação, prestando um serviço admirável e insubstituível" (9).

### A partir daquilo que a experiência de trabalho no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional lhe deu

"como idéia da atividade de arquitetura e formação profissional e de problemática que o arquiteto deve enfrentar na sociedade de hoje" (10),

é que Luis Saita depõe aos alunos da FAU/USP, há algum tempo.

"Assim fica mais fácil enquadrar o trabalho no Patrimônio, onde o contacto com programas e edifícios de diferentes épocas levou à uma posição em que o resultado do nosso trabalho fosse pertinente e respeitoso a essas diferentes épocas. Na verdade, a própria vida atual da arquitetura brasileira se imiscuiu de tal maneira na atividade do Patrimônio que não é possível encarar o problema da arquitetura exclusivamente do ponto de vista de uma intervenção que partisse do Patrimônio para a sociedade e não da sociedade para o Patrimônio (...) a o lado dessa colocação, e também em termos de polarização, foram propostos desde

---

(9). — Saita (Luis), "Notas sobre o IPHAN", *op. cit.*

(10). — "O Projeto na Atualidade Brasileira" — Depoimento do Arquiteto Luis Saita — FAU/USP, 3-10-1969. Orig., datilograf.

o início da sua atividade sobre o Patrimônio, problema puramente de técnica, de restauração, histórica, sociológica, etc., setorializada nos diferentes planos de atividade científica moderna; a lado disso, como uma compreensão indispensável para o próprio controle e dessas verdades particulares que surgiam, de análise sociológica, técnica, filosófica mesmo destes edifícios, que permitiria uma intervenção nele sem retirá-los, e substância para a fornecer com o experiência para a sociedade moderna, houve necessidade de um modo teórico que pudesse firmar esta contribuição dentro de uma linha de evolução que a sociedade não se conjuntamente que a sociedade brasileira também tem (...). Deve preservar na medida em que o Patrimônio representa uma espécie de carteira de identidade do próprio país e um município e dados para a inteligência dos brasileiros que podem com ele ser facilitada a sua tarefa de formular e resolver o problema do homem brasileiro" (11).

"Mas nem tudo desta rica experiência resiste, contudo, a uma análise mais severa. Nas fases heróicas do IPHAN quando o problema fundamental era salvar edifícios antigos do periclitamento completo que os ameaçava, certos problemas de uso dos monumentos tombados e restaurados receberam soluções inadequadas. Tais senões servem hoje para selecionar como maior rigor os meios mais eficazes de proteção cabíveis, principalmente, de destinação mais coerente" (12).

"Dois problemas principais se colocaram prioritariamente: a). — inventariar o que existia e amostragem mais significativa da formação brasileira; b). — socorrer urgente, e salvar alguns monumentos que estavam profundamente atingidos pela ruína e ameaçavam periclitamento completo; se introduzir na normalidade nacional, inclusive principalmente no campo jurídico, não apenas a figura do "tombamento" e suas consequências, especialmente aquela que apresentava um gravame e recaída sobre a propriedade privada. Afirmar e enfrentar tamanha tarefa é indispensável ao IPHAN municipal e de estudo se coloca corajosamente em segundo plano o que pudesse ser feito mais tarde, com mais experiência e mais gente: controle do comércio de arte, tombamento paisagístico, inventário de artes menores, aproveitamento e revalorização de monumentos cuja função se tornou obsoleta, tombamento de conjuntos urbanos, etc.. Os primeiros trinta anos do IPHAN foram consumidos nessa fase heróica e nenhum a homenagem a Rodrigo M. F. de Andrada seria suficiente e com-

---

(11). — *Idem, ibidem.*

(12). — Saiá (Luís), "Embú" — texto para a Bienal de Arquitetura. São Paulo, 1973.

pleta s e lh e preste , tamanh o fo i o se u esforç o e tã o importante s os resultado s qu e alcançou , principalment e e m confront o co m a pouquidão d e numerári o e escasse z d e gent e co m qu e pod e contar . O prestígi o internaciona l qu e o orgã o conquistou , a jurisprudên - cia qu e alcanço u atravé s d e memorávei s acordão s , o númer o con - sideravel d e peça s d e arquitetura e art e tradicionai s qu e fora m nesse períod o salva s d a ruína o u simplesment e posta s so b a pro - teção d o pode r públic o , ess e fo i o legad o d e um a gestã o d e 3 0 anos..." (13) .

"Nestes último s anos , embor a mai s carent e d e gent e e mai s consumido pel a ingênci a d e obra s urgente s qu e s e acumulara m ca - da vez mais , o IPHAN ã o abandono u a s diretriz e s traçada s po r Rodrigo d e Andrad e par a a su a atuação . Embor a tud o lev a a acreditar qu e a fas e propriament e heróic a d o IPHAN j á estej a ultrapassada, devend o a Repartiçã o ganha r um a nov a compleiçã o operativa, o s ensaio s qu e realizo u anteriormen t e tend e m a ganha r formas sistemática s d e resultado s mai s completos " (14) .

O ininterrupt o trabalh o do s especialista s e colaboradore s d o IPHAN, traduzid o ã o s ó no s problema s d e obra s , ma s tamb e m atra - vé s d e trabalh o s escrito s , formaçã o d e copios o acerv o documentári o pesquisado e/o u reunido , manutençã o d e um a Revista , tod a ess a ex - periência enfim , levo u o IPHAN a da r um a contribuiçã o be m signifi - cativa, co m um potencial a ser desenvolvido, e alcançand o forma s mai s maduras d e atuação .

A reforma d a legislaçã o d o IPHAN (1969 ) e o s encontro s d e Brasília (1970 ) e Salvado r (1971) , reflete m segurament e o estági o atual e m qu e culminara m o s esforço s sistemático s po r um a orientaçã o coordenadora, po r um a visã o gera l d e Brasil . Esse s encontro s , e m que comparecera m secretário s d e Estad o e representante s d e governo s regionais ou locais,

"destinavam-se principalment e a conscientiza r todo s a res - peito d e um a problemátic a d e proteçã o e revalorizaçã o d o patri - mônio d e mod o a alcança r u m nive l d e açã o conjunt a mai s efi - ciente e d e maio r profundidade " (15) .

O "Compromiss o d e Brasília " é o document o bas e said o d o pri - meiro encontro . D o demai s positiv o qu e resulto u conta-se , se m dúvi - da, a formaçã o d e orgão s regionai s e m algun s Estado s trabalhand o n a

---

(13). — Sai a (Luis) , "Nota s sobr e o IPHAN" , *op. cit.*

(14). — *Idem, ibidem.*

(15). — *Idem, ibidem.*



mesma faixa de interesses, e a formulação mais eficiente da resolução federal que permite aos Municípios e Estados o uso de 5 % de sua quota parte do Fund o de Participação, através de convênios com o IPHAN. Se antes, para enfrentar a tamanha tarefa que lhe fora cometida, buscou sempre o IPHAN esta complementação, e mesmo de particulares, para compensar o scarco s recursos; agora, a formação do s Patrimônios Estaduais e Municipais, para coadjuvarem o s esforços, os convênios e ajustes realizados entre esse s orgãos e outras instituições, com o necessariamente a faixa universitária de estudos, etc., denotam bem a gama de possibilidades que se abrem, não só de estabelecer planejamentos regionais de interesse e cultural, turístico e econômico à comunidade, conforme o "Compromisso". E, ainda, que a participação deles deverá ser e m breve regular, uniforme e definitiva.

"Tanto o apelo a nova s fontes de numerários que aprestassem o IPHAN para atender a o volumoso encargo de obra s urgentes, como o s esforços destinados a promover a montagem de orgãos regionais (...) constituía m pretensão de longa data" (16).

Um exemplo disso é que aconteceu em São Paulo, onde a primeira tentativa data do início de 50, mas que só mais recentemente foi criada e efetivada a sua atuação.

Com a criação do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) e a formalização de um convênio (1971), estabeleceu-se afinal um a base para o levantamento sistemático dos "bens culturais" (que já vinham sendo ensaiados em experiências "piloto"), além de outros serviços e intervenções mais fáceis de realizar através dos governos locais. Através de uma formulação realista e bem fundamentada, e sempre de conformidade com o s termos do "Compromisso", consagrou-se na ordem de trabalhos a necessidade de usar adequadamente os imóveis de valor histórico e artístico,

"dar-lhes um a destinação atuante na sociedade contemporânea" (17)

através de estudos criteriosos que respeitem a natureza deles com o documentos mesmos de uma sociedade: tanto aos monumentos, com o aos chamados conjuntos monumentais (cidades e sítios históricos), e m que até mesmo organismos internacionais com o a UNESCO tem colaborado nos esforços. É recomendada também que a Casa de Cultura,

---

(16). — *Idem, ibidem.*

(17). — *Cultura, op. cit.,* pág. 17.

unidades culturais s significativas , seja m preferencialment e instalada s nos monumentos . A participaçaõ d a Universidade , tambem requesi - tada , e o entrosament o com arquivo s e bibliotecas ; são , todo s esses , dados seguro s par a a definiçaõ do s plano s de aproveitament o com a necessária antecedência .

Si , em 1939 — diz Luis Sai a — a intervençaõ do IPHAN foi decisiva par a a recuperaçaõ d e u m edifício com o o convent o jesuític o do Embú , encontrad o e m extrem a ruina e qu e constitui u um a obr a especialmente volumosa , ma s se m se lhe apresta r u m us o conveniente ; ao contrário , pod e se r indicad a com o sina l d e maturidad e maio r d o IPHAN atual , o comportament o fac e à Fazenda Pa u d'Alho , qu e o levou a toma r toda s a s medida s par a evitar-lh e o us o inconveniente , quando e m 1972 consegue , através d e u m acert o com o IBC , qu e a fazenda sej a adquirid a com a finalidad e d e a í sedia r o Museu Nacio - nal do Café (18) .

---

(18). — Sai a (Luis) , *Notas sobre o IPHAN*, *op. cit.*